



Novo ensino médio, com aula em tempo integral, vai para sanção

Texto eleva ano letivo de 800 para 1.400 horas e divide conteúdo em disciplinas obrigatórias e específicas da área que o aluno escolher

A medida provisória do novo ensino médio foi aprovada ontem pelo Senado. O texto institui o tempo integral e divide o currículo entre conteúdo comum e assuntos específicos da área escolhida pelo aluno. Foram 43 votos favoráveis e 13 contrários. O Congresso incluiu a obrigatoriedade das disciplinas artes e educação física, que tinham sido excluídas pela MP. Matemática e português continuaram obrigatórias nos três anos. **3**



Ao lado de Eunício, o ministro da Educação, Mendonça Filho (à mesa, à esq.), assiste à sessão de votação da medida provisória que altera o ensino médio

Lobão deve ser o novo presidente da CCJ

Maior bancada do Senado, o PMDB indicou ontem Edison Lobão para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Antonio Anastasia deve ser o vice. Raimundo Lira, que concorreria

ao cargo de presidente, retirou sua candidatura.

Dos 27 titulares, 25 já foram indicados para compor a CCJ, que vai ser instalada hoje, às 10h. **2**



Bancada do PMDB durante reunião em que decidiu indicar Lobão para presidência de comissão



Medida provisória aprovada ontem libera importação de cédulas e moedas em caso de emergência

Autorizada importação de papel-moeda

Em caso de emergência, o Banco Central está autorizado a importar cédulas e moedas de real, conforme a Medida Provisória 745/2016, aprovada ontem pelo Senado. Houve mudanças sugere-

ridas pelo relator, deputado Leonardo Quintão. O projeto de lei de conversão, que vai à sanção, caracteriza emergência quando a Casa da Moeda atrasar 15% das quantidades contratadas. **4**

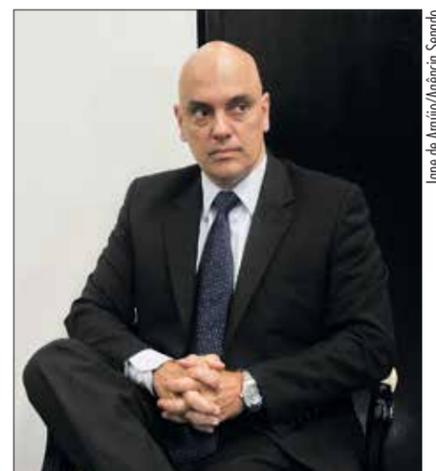
Relatora quer controle social dos recursos do Cartão Reforma **4**

Plenário confirma novo embaixador do Brasil na Nicarágua **4**

Indicação ao Supremo abre pauta de comissão

A indicação de Alexandre de Moraes para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal foi enviada ontem para a Comissão de Constituição e Justiça. O colegiado vai ser instalado hoje e, em seguida, deve ser escolhido o relator da indicação e marcada a sabatina do ministro da Justiça licenciado. Moraes esteve ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para apresentar suas credenciais. **3**

Alexandre de Moraes é o indicado pelo presidente Michel Temer para ocupar o lugar de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal



Julio Borges e Eunício Oliveira: para presidente do Senado, venezuelanos saberão decidir

Eunício se solidariza com Venezuela

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, manifestou solidariedade ao povo venezuelano em reunião com o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Julio Bor-

ges, opositor do governo de Nicolás Maduro. Borges veio ao Brasil conversar sobre as dificuldades do país vizinho, que vive uma crise política e econômica. **4**

Lobão deve presidir Comissão de Constituição e Justiça

Senador foi indicado pelo PMDB para liderar colegiado, que será instalado hoje. Alexandre de Moraes deve ser sabatinado até o dia 22

A BANCADA DO PMDB indicou ontem o senador Edison Lobão (MA) para a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) é cogitado para a vice-presidência. Com 25 dos 27 titulares já indicados, a CCJ vai ser instalada hoje, às 10h.

O senador Raimundo Lira (PMDB-PB), que concorria ao cargo contra Lobão, retirou a candidatura.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, quer que a CCJ sabatine o ministro da Justiça licenciado, Alexandre de Moraes, indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF), até o dia 22, antes do Carnaval. Lobão afirmou que, caso seja confirmado hoje como presidente pelo colegiado da CCJ, dará celeridade ao processo:

— Faremos esforço para que a comissão decida pela sabatina o mais depressa possível.

A comissão também deverá conduzir neste ano a escolha de um novo procurador-geral da República e analisar projetos como a tipificação de crimes de abuso de autoridade (PLS 280/2016) e o fim da reeleição no Executivo (PEC 113A/2015).

Indicado

Lobão celebrou o fato de ter sido indicado “por aclamação” da bancada, uma vez que chegou ao fim do processo de es-



Lobão diz que, se eleito, vai agilizar sabatina de Moraes, indicado para o STF

colha como único candidato.

Lobão é alvo de duas investigações na Operação Lava Jato, mas garantiu que não há constrangimento em presidir a CCJ nessa condição.

— A investigação não deve molestar a ninguém. Se há uma alegação caluniosa contra mim, é bom que eu seja investigado para demonstrar isso.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), afirmou que o colega tem “todos os méritos” para exercer o cargo e que ele não será atrapalhado na função pelas investigações.

Raimundo Lira havia antecipado que, caso não fosse a escolha consensual da bancada para a presidência da CCJ, poderia levar a disputa para os votos no plenário da comissão. No entanto, ele desistiu da ideia para evitar “constrangimento”.

Lira disse que não disputaria a indicação por votos na bancada porque, em sua avaliação, houve “ingerência externa”. Renan negou que haja interferência externa sobre a bancada do PMDB e afirmou que o partido continua coeso.

Os escolhidos

Faltam duas indicações do Bloco Social Democrata para a CCJ

- PMDB**
- Edison Lobão (MA)
 - Eduardo Braga (AM)
 - Jader Barbalho (PA)
 - José Maranhão (PB)
 - Marta Suplicy (SP)
 - Simone Tebet (MS)
 - Valdir Raupp (RO)

- BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA**
- Acir Gurgacz (PDT-RO)
 - Fátima Bezerra (PT-RN)
 - Jorge Viana (PT-AC)
 - José Pimentel (PT-CE)
 - Lindbergh Farias (PT-RJ)
 - Paulo Paim (PT-RS)

- BLOCO SOCIAL DEMOCRATA**
- Aécio Neves (PSDB-MG)
 - Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
 - Antonio Anastasia (PSDB-MG)

- BLOCO DEMOCRACIA PROGRESSISTA**
- Benedito de Lira (PP-AL)
 - Lasier Martins (PSD-RS)
 - Wilder Moraes (PP-GO)

- BLOCO SOCIALISMO E DEMOCRACIA**
- Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
 - Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
 - Roberto Rocha (PSB-MA)

- BLOCO MODERADOR**
- Armando Monteiro (PTB-PE)
 - Vicentinho Alves (PR-TO)
 - Magno Malta (PR-ES)

Partidos elegem líderes; Gleisi conduzirá PT na Casa

A bancada do PT no Senado escolheu a senadora Gleisi Hoffmann (PR) para o cargo de líder. Humberto Costa (PT-PE) foi indicado como o líder da Oposição na Casa. Os demais partidos também elegeram ontem seus líderes no Senado.

O PMDB escolheu Renan Calheiros (AL) para ser o novo líder da bancada. Vicentinho Alves (TO) assumiu a liderança da bancada do PR, enquanto Fernando Bezerra Coelho (PE) será o líder da bancada do PSB.

Armando Monteiro (PE) vai liderar a bancada do PTB.

Omar Aziz (PSD-AM) e Benedito de Lira (PP-AL) serão os líderes de suas bancadas.

Os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Paulo Bauer (PSDB-SC), que eram os líderes de suas bancadas no ano passado, permanecerão nos cargos.

Reguffe propõe correção automática da isenção do IR

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem projeto dele que corrige automaticamente os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física pela inflação do ano anterior, mais 1%. O senador ainda cobrou a correção imediata dos limites de isenção da tabela deste ano do IRPF pelo índice da inflação do ano passado.

— O governo não corrige os limites de isenção do IR em janeiro para corrigir no meio do ano e recolher mais impostos do contribuinte.



Pedro Franco/Agência Senado

Ana Amélia condena abandono do Parque Olímpico do Rio

Ana Amélia (PP-RS) protestou contra o abandono do Parque Olímpico do Rio de Janeiro. Segundo ela, a imprensa tem mostrado que a área, que chegou a receber até 100 mil pessoas por dia durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, está totalmente abandonada. A senadora citou como exemplo a piscina de aquecimento dos atletas de natação. Sem tratamento da água, a piscina tem lodo e insetos.

A senadora ressaltou que o dinheiro jogado fora poderia ser usado para pagar os salários dos servidores do Rio de Janeiro ou beneficiar as áreas de saúde e moradia.

Paim afirma que reforma pode reduzir direitos trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a reforma trabalhista em análise na Câmara pode trazer prejuízo aos empregados, caso as negociações coletivas das categorias prevaleçam sobre o que já está previsto na CLT.

Para o senador, isso é muito ruim para os trabalhadores, ainda mais em um período de desemprego em alta.

— Se imperar essa tese do negociado sobre o legislado, o que vale é a força de quem tem o poder. O empregado concorda com aquilo que ele quer, abrindo mão de direitos.



Paulo Paim/Agência Senado

Para Ângela, mudança na Previdência atinge os que mais precisam

Ângela Portela (PT-RR) ressaltou a importância do Estado numa economia deprimida, especialmente para os mais pobres, e criticou a proposta de desvincular do salário mínimo o valor pago a título de benefício de prestação continuada.

— O governo quer jogar [os custos da reforma] no colo dos que mais precisam. O governo aposta na precarização da condição dos idosos, população que mais cresce, e, ao mesmo tempo, congela as despesas do sistema de saúde. Isso é desumano.



Ângela Portela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão deliberativa extraordinária

11h Na pauta, o PLC 127/2013, sobre o rastreamento de cargas nucleares; o PLC 107/2014, sobre o uso de temporizadores em semáforos; e a PEC 50/2016 (PEC da Vaquejada).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção e Paola Lima
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores aprovam MP que institui o novo ensino médio

Projeto, que segue para sanção, institui escola em tempo integral e possibilita ao aluno escolher uma área formativa. Senadores contrários à proposta criticaram mudanças feitas por medida provisória

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que institui o novo ensino médio. Foram 43 votos favoráveis e 13 votos contrários ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016, originado após alterações na MP 746/2016 pela comissão mista que analisou a medida e pela Câmara dos Deputados.

Entre outras alterações, o texto institui o ensino em tempo integral e divide o currículo entre conteúdo comum e assuntos específicos de uma área que o aluno deverá escolher. Das 568 emendas apresentadas à MP, o relator acolheu parcial ou totalmente 148. A proposta segue para sanção presidencial.

O relator da medida foi o senador Pedro Chaves (PSC-MS). De acordo com o texto aprovado, o currículo será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por "itinerários formativos" correspondentes às seguintes áreas do conhecimento: linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional. Cada sistema de ensino organizará essas áreas e as respectivas competências e habilidades esperadas do aluno.

Todas as regras valerão para as redes de ensino público e privado, mas o cronograma de implantação terá de ser elaborado no primeiro ano letivo seguinte à data de publicação da BNCC. A implementação, entretanto, ocorrerá no segundo ano letivo depois da homologação dessa base curricular.

Português e matemática continuam obrigatórios nos três anos do ensino médio. O texto reinclui como disciplinas obrigatórias artes e educação física, que tinham sido excluídas pelo texto original da MP. Entre as línguas estrangeiras, o espanhol não será mais obri-

gatório, ao contrário do inglês.

O texto aprovado pelos senadores estabelece a transição para o ensino médio em tempo integral. Será criada a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, para o setor público. Em cinco anos, a ampliação será das atuais 800 horas anuais para 1.000 horas. Depois, serão 1.400 horas, mas o texto não define prazo.

O PLV estabelece que, a critério dos sistemas de ensino, a formação técnica e profissional considerará a inclusão de práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, por meio de parcerias. Também poderá ser dado certificado intermediário de qualificação para o trabalho.

Ao ler seu relatório, Pedro Chaves disse que dos 8 milhões de alunos que se matriculam no ensino médio ao ano, 1,9 milhão conclui os estudos.

— Há jovens em salas de aula precarizadas, em aulas enciclopédicas, sem perspectiva de futuro. Outros nem matriculados estão, pois precisam trabalhar. A mudança deve começar o mais rápido possível.

Críticas

Já Fátima Bezerra (PT-RN) comparou a atual reforma com outra promovida em 1971 pela ditadura. Segundo a senadora, o governo militar fez a reforma sem debates, impondo a reformulação. Ela afirmou que MP não é o instrumento adequado para implantar mudanças estruturais em políticas públicas.

Também contrárias à MP, Ângela Portela (PT-RR) e Regina Sousa (PT-PI) disseram que o governo não fez debates democráticos com professores, alunos, especialistas ou sociedade. Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou como municípios e estados financiarão escolas em período integral.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), as mudanças

desvalorizam o magistério. Na visão de Humberto Costa (PT-PE), a MP é "nefasta", e assunto tão complexo deveria ser debatido com mais profundidade.

Modernidade

Já Ronaldo Caiado (DEM-GO) e José Agripino (DEM-RN) defenderam a aprovação. Para Agripino, o texto "é um instrumento de modernidade". Paulo Bauer (PSDB-SC) avaliou a mudança como "absolutamente necessária e oportuna". Simone Tebet (PMDB-MS) disse que a reforma não resolverá todos os problemas, mas é um avanço. Marta Suplicy (PMDB-SP) observou que, com as novas tecnologias, é preciso tornar a escola mais interessante.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), o horário integral é uma medida positiva. Apesar de elogiar a MP, ele cobrou mais iniciativas do governo para um salto de qualidade na educação. Também debateram o tema os senadores José Aníbal (PSDB-SP), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO), Aloysio Nunes (PSDB-SP), Benedito de Lira (PP-AL), Aécio Neves (PSDB-MG) e outros.

(Com a Agência Câmara)

Humberto Costa critica falta de debate na reforma

Humberto Costa (PT-PE) condenou a votação da MP do ensino médio sem o devido debate.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para o senador, a reforma beneficia a rede privada de ensino, em prejuízo da pública. Ele também acredita que o ensino em período integral não vai se tornar realidade, porque os estados e municípios não têm dinheiro para isso.

Suspensão da nomeação de Moreira divide senadores

A suspensão da nomeação de Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência, por meio de liminar da Justiça Federal do Distrito Federal, foi anunciada ontem em Plenário por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O juiz Eduardo Rocha Pen-teado deferiu ação popular movida por estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

Na liminar, o juiz ressalta que a nomeação de Moreira Franco para o cargo, com status de

ministro de Estado, ocorreu três dias depois da homologação das delações da Lava Jato.

Randolfe informou que a Rede já havia ingressado com ações populares contra a nomeação e parabenizou o juiz.

A liminar também faz referência à jurisprudência existente com a decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que impediu o ex-presidente Lula de se tornar chefe da Casa Civil no governo de Dilma Rousseff.

Para o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), a liminar é uma "usurpação da competência do STF por instâncias inferiores":

— Isso só instabiliza o país. Acho isso um horror, uma distorção institucional. Mais uma vez um juiz de primeira instância afronta o Supremo.

Renan voltou a defender o projeto sobre abuso de autoridade (PLS 280/2016) e lembrou que, quando presidiu a Casa, foi contra o impedimento de Lula de assumir o cargo de ministro.



Jane de Araújo/Agência Senado

Moraes se reuniu com Eunício e prometeu conversar com todos os senadores

Indicação de Moraes para vaga no Supremo chega a comissão

A indicação de Alexandre de Moraes para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) foi lida ontem em Plenário e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A comissão será instalada hoje e, em seguida, os senadores devem marcar a sabatina do ministro da Justiça licenciado. A expectativa do presidente do Senado, Eunício Oliveira, é que Moraes seja sabatinado na CCJ até o dia 22 e tenha o nome analisado pelo Plenário no mesmo dia.

Eunício recebeu ontem a visita de Moraes, que prometeu procurar todos os senadores para se apresentar. Se for aprovado, ele vai ocupar a vaga decorrente da morte do ministro Teori Zavascki.

Após a instalação da CCJ, o presidente recém-eleito do colegiado escolherá o relator da indicação de Mo-

raes. Assim que o parecer do relator for apresentado, será concedida vista aos senadores, ficando a sabatina para a reunião seguinte.

Vanessa cobra coerência do indicado ao STF

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que Alexandre de Moraes, por princípio, deveria abrir mão da indicação para o STF.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lembrou que Moraes, em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo, defende a vedação de indicação ao Supremo de pessoa ocupante de cargo de confiança no governo.

Gladson pede união da classe política para ajudar vítimas de enchente no Acre

A visita feita na sexta-feira pelo ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, às áreas atingidas pelas enchentes dos Rios Juruá e Tarauacá, no Acre, foi acompanhada por Gladson Cameli (PP-AC).



Ele disse que toda a classe política do estado precisa estar unida diante da calamidade e contar com a ajuda do governo federal. Registrou a presença no Plenário de prefeitos de cidades afetadas.

Amorim apoia socorro federal a cidades de Sergipe afetadas pela seca

O anúncio de ajuda financeira do governo federal a 28 municípios sergipanos que sofrem com a seca foi comemorado por Eduardo Amorim (PSDB-SE).



— Os R\$ 7 milhões serão usados para compra de alimento para animais e para abastecer cisternas da zona rural de Sergipe, onde a falta de chuvas que atinge a região há cinco anos causa pobreza, desemprego e fome — disse.

Lasier registra 90 anos da Rádio Gaúcha, a primeira do Sul do país

Para comemorar os 90 anos da Rádio Gaúcha, a primeira emissora do Sul do país, Lasier Martins (PSD-RS) apresentou um requerimento para voto de aplauso.



27 anos na emissora, destacou sua história e importância. — Ela veio a se tornar o embrião do futuro Grupo RBS.

O senador, que trabalhou

Hoje, continuou, a rádio é líder de audiência em todo o Rio Grande do Sul.

Aprovada confecção do real no exterior em emergência

Segue agora para sanção a medida provisória que autoriza o Banco Central a importar cédulas e moedas metálicas, sem licitação, quando houver inviabilidade de atendimento da demanda pela Casa da Moeda

O SENADO APROVOU a medida provisória que autoriza a importação de cédulas e moedas de real pelo Banco Central. O texto acatado incluiu as mudanças sugeridas pelo deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator na comissão mista que analisou a MP, originando um projeto de lei de conversão (PLV 33/2016), que segue agora para a sanção presidencial.

A MP 745/2016 autorizou o Banco Central a comprar sem licitação papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do país, por fornecedor estrangeiro, desde que haja situação de emergência caracterizada por inviabilidade de atendimento da demanda pela Casa da Moeda.

Ao editar a medida, o governo argumentou que o Banco Central tem enfrentado dificuldade por causa de limitações técnicas e operacionais da Casa da Moeda. Segundo o banco, havia incerteza quanto

ao atendimento de 27% do Programa Anual de Produção de Cédulas de 2016, o que exige uma solução alternativa. Em anos anteriores, a Casa da Moeda também não conseguiu atender a demanda.

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticaram a falta de critério para a autorização da importação. Para eles, a medida fere a soberania nacional.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que, como está, o texto acaba de uma vez com a exclusividade da Casa da Moeda na fabricação do real.

— Isso vai fazer com que cada vez menos a Casa da Moeda invista na produção. Não há como concorrer — criticou.

Alvaro Dias (PV-PR) disse considerar a medida inconstitucional, já que não há urgência. Para ele, o que houve não foram problemas com matéria-prima, mas sim incompetência administrativa.

— As dificuldades de funcio-

namento da Casa da Moeda atualmente são consequências da temerária gestão dos últimos anos — acusou.

Mudanças

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), explicou que a emissão fora do país será feita apenas em situações excepcionais e que o texto foi modificado pelo relator para dar mais previsibilidade ao processo de emissão de moeda.

Uma das mudanças busca esclarecer melhor o conceito de inviabilidade ou incerteza no atendimento. Essa situação será caracterizada quando houver atraso acumulado de 15% das quantidades contratadas em outras hipóteses de descumprimento de cláusula contratual devidamente justificadas que tornem inviável o atendimento da demanda. A outra regra aprovada prevê o envio à Casa da Moeda de um plano anual de produção.

Plenário acata novo titular para a embaixada na Nicarágua

Com 60 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções, o Plenário aprovou ontem a indicação de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Nicarágua. A aprovação será comunicada à Presidência da República.

O comércio entre o Brasil e a Nicarágua foi de US\$ 97,5 milhões em 2015, com exportações brasileiras de US\$ 94 milhões e importações de US\$ 3,5 milhões. Os produtos com maior participação nas exportações brasileiras em 2015 foram cereais, máquinas mecânicas, máquinas elétricas

e automóveis. Os principais produtos importados pelo Brasil foram alumínio, vestuários, tabaco e máquinas elétricas.

A Nicarágua oferece oportunidades de acesso ao mercado dos Estados Unidos e da União Europeia, decorrentes de tratativas como o Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana e o Acordo de Associação América Central-União Europeia.

As principais áreas de cooperação entre Brasil e Nicarágua são saúde, meio ambiente, habitação e energia.

Eunício Oliveira defende retomada da normalidade institucional na Venezuela

O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Julio Borges, opositor do governo de Nicolás Maduro, visitou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Viemos falar sobre a difícil situação do país, que está imerso em uma profunda crise econômica.

Eunício manifestou total solidariedade à Venezuela e disse ser necessário que as instituições do país voltem a funcionar com normalidade.

— Defendemos que o povo da Venezuela decida o que é melhor para ele.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

Ana Amélia quer mais controle do Programa Cartão Reforma

Relatora da comissão mista que analisa a medida provisória que cria o Programa Cartão Reforma, a senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou a importância do controle social sobre os recursos que serão investidos.

A discussão desse e de outros aspectos da MP 751/2016 será feita em duas audiências públicas que serão feitas pela comissão mista nos dias 14 e 15, conforme plano de trabalho aprovado em reunião ontem. A senadora prevê a votação de seu relatório até 15 de março.

O Cartão Reforma subsidia pessoas de baixa renda na compra de materiais de construção para a reforma ou ampliação de suas casas. Segundo Ana Amélia, o programa deve atender, inicialmente, 170 mil famílias, em 2 mil municípios. É um programa a fundo perdido, lembrou a senadora, devendo ser implementado de forma eficaz e segura, para evitar

desvios no uso do recurso público:

— Temos uma grande preocupação com o controle social desse programa. Não podemos abrir flancos à fraude, e o papel dos municípios na gestão do Cartão Reforma será muito importante.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que programas semelhantes vêm sendo feitos em municípios de Goiás e em Salvador e disse que o Cartão Reforma se somará a essas iniciativas.

Ao comentar o programa de Goiás, denominado Cheque Reforma, o presidente da comissão mista, deputado Roberto Balestra (PP-GO), disse que a experiência no estado confirma a importância dos mecanismos de controle do programa.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) enfatizou a relação do Cartão Reforma com o Minha Casa, Minha Vida, apontando a importância de incentivos governamen-



É preciso coibir fraudes, ressalta Ana Amélia

tais para reduzir o déficit habitacional do país. Ele ressaltou, porém, que é preciso reduzir o custo administrativo do programa.

Depois de aprovada na comissão mista, a MP precisará passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Senadores pedem volta rápida de texto das teles

Um grupo de senadores da oposição reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para pedir que ele interceda e agilize a devolução para a Casa do projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações. O PLC 79/2016 foi encaminhado ao presidente Michel Temer para sanção em janeiro. Porém, senadores recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) por causa do não atendimento de recursos feitos por eles para que o projeto fosse votado em Plenário antes de ser enviado à sanção.

No sábado, liminar do STF determinou a suspensão da sanção e o retorno do texto ao Senado para análise dos recursos. Participaram da reunião Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Roberto Requião (PMDB-PR), Cristovam Buarque (PPS-DF), Lídice da Mata (PSB-BA) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Lídice da Mata defende reformas urgentes no aeroporto de Salvador

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu solução para os problemas recorrentes no Aeroporto Internacional de Salvador. A senadora reiterou seu apelo para que a Infraero conclua as reformas.

— Precisamos que o aeroporto dê condições para que o turismo continue um dos principais vetores do desenvolvimento econômico sustentável do nosso estado.



Pedro Franco/Agência Senado

Parlamentares do ES querem solução para crise na segurança

Senadores manifestaram preocupação em relação à onda de violência no Espírito Santo desde o sábado. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu à Polícia Militar que retome as atividades e disse ser importante que logo em seguida haja diálogo do governo com os policiais. Magno Malta (PR-ES), na mesma linha, afirmou que o Executivo e os oficiais têm de “desarmar seus espíritos”.

Romário: titular da Justiça deve ser técnico, não indicação política

Romário (PSB-RJ) se disse preocupado com a segurança pública, afirmando que a crise no Espírito Santo revela a situação do Brasil inteiro. Ele pediu atenção na indicação do ministro da Justiça:

— Vamos cobrar a nomeação de um ministro que tenha conhecimento e atitude, que seja um técnico, e não uma indicação política.



Pedro Franco/Agência Senado

Viana cita onda de violência e cobra nomeação de ministro

Mesmo com a presença das Forças Armadas, homicídios continuam ocorrendo no Espírito Santo e há casos de violência nos presídios do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte, lamentou Jorge Viana (PT-AC).

O senador pediu que o presidente Michel Temer nomeie imediatamente um novo ministro da Justiça.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Valadares, prisões exigem investimentos emergenciais no país

São necessários investimentos emergenciais para que os presídios tenham estrutura para separar os presos e disponham de equipamentos de segurança, disse Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador defendeu a construção de novos presídios para aliviar a superlotação carcerária e a ampliação do número de servidores por unidade prisional.



Pedro Franco/Agência Senado